

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2015 (Do Sr. GIUSEPPE VECCI)

Requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Educação para debater acerca de fontes de financiamentos para os estudantes da educação superior privada no País.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir fontes de financiamentos para os estudantes da educação superior privada no País.

Para tanto, sugere-se que o debate envolva atores relevantes para o aprofundamento do tema, que tomamos a liberdade de sugerir, sem prejuízo de acréscimos por parte das Sras. e Srs. membros da Comissão de Educação.

Propomos que sejam convidados:

1. Rodrigo Capelato – Diretor Executivo do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos Ensino Superior – SEMESP;
2. Paulo Cardim – Presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários – ANACEU;
3. Amábile Pácios – Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares – FENEP;

4. Elizabeth Guedes – Diretora Executiva da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Superior – ABRAES;
5. Representante do Ministério da Educação.

JUSTIFICAÇÃO

A educação superior privada no País vive, como todas as outras modalidades e etapas de ensino, um momento de instabilidade e ameaça de retrocesso.

O Mapa da Educação Superior 2015 apresentado nesta Comissão pelo Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (SEMESP) mostra que 18,5% dos 49 milhões de trabalhadores empregados com carteira assinada têm nível superior completo, e que o maior contingente desses trabalhadores, 45,2%, tem formação apenas de ensino médio.

Neste contexto, um dos programas que garantiu o acesso à educação superior privada até 2014, foi o Programa de Financiamento Estudantil (FIES), totalizando 2,1 milhões de contratos.

O fato é que, em meio à atual conjuntura de instabilidade econômica, inflação e cortes orçamentários, o principal programa de inclusão na educação superior das pessoas de baixa renda - o FIES - sofreu fortemente os reflexos. No mesmo sentido, o Programa Universidade para Todos (Prouni), programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de educação superior, sofreu cortes e teve contratos suspensos desde 2014, afetando estudantes da educação superior de todo o país.

Frente a essa situação, há que se pensar em alternativas de financiamento de acesso à educação superior privada aos jovens e trabalhadores brasileiros que almejam cursar uma graduação.

Projetos de Lei como o PL 3961/2004, que permite o pagamento das mensalidades escolares e FIES com recursos do FGTS e, ainda, alternativas de financiamentos privados devem ser discutidas como formas de reorganização do financiamento adaptadas a esse tempo de recursos escassos.

Portanto, essa audiência pública na Comissão de Educação será importante momento de discussão de alternativas de fontes de financiamentos para o estudante da educação superior privada no País.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2015.

Deputado GIUSEPPE VECCI